

Só Questões



Concurso Público - Ano 2019

500

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DO

DIREITO

PREVIDENCIÁRIO

Concurso do INSS



Acerte o alvo!

Wilma G. Freitas

O Diferencial Concursos

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila digital de 500 Questões comentadas de
Direito Previdenciário para concurso do INSS**

Acesse o site:



SUMÁRIO

• Apresentação.....	3
• Questões.....	4
• Respostas.....	170
• Bibliografia.....	290

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

O Direito Previdenciário vem sendo exigido nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos, principalmente no concurso do INSS.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Por isso garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

- 1. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).**

A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos que proporcionem a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, as políticas públicas de ações afirmativas destinadas à população negra representadas, entre outras, pelo sistema de cotas para os negros, que garante vagas em universidade pública para um seguimento que, durante bastante tempo foi excluído pelas dinâmicas sociais, são exemplo de atendimento do mandamento constitucional para a seguridade social.

VERDADEIRO

FALSO

- 2. A filiação ao Regime Geral de Previdência Social está limitada à idade mínima permitida pela Constituição Federal para o exercício de atividade laborativa. Porém, existe uma única situação em que ocorre filiação antes da idade mínima, a qual é:**

a) Quatorze anos, no caso de menor aprendiz.

b) Dez anos, no caso de comprovada necessidade econômica da família.

c) Dezoito anos, no caso de estudante.

d) Doze anos, no caso de menor aprendiz.

3. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

A concessão dos benefícios de salário-família e auxílio-acidente independe de carência.

VERDADEIRO

FALSO

4. Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta.

a) Aposentadoria por invalidez - segurado.

b) Pensão por morte - dependente.

c) Salário-família - segurado.

d) Auxílio-acidente - dependente.

e) Auxílio-doença - segurado.

5. Segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social é todo aquele que exerce atividade remunerada e não se vincula, por força de lei, a outro regime de previdência social.

São segurados obrigatórios da previdência social, dentre outros:

a) Empregados, dona-de-casa, trabalhador avulso.

b) Doméstico, estudante, o titular de firma individual urbana ou rural.

c) Doméstico, o titular de firma individual urbana ou rural, trabalhador avulso.

d) Segurado especial, desempregado, dona-de-casa.

6. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.

VERDADEIRO

FALSO

7. À luz da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

I. Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.

II. A saúde exige contribuição prévia.

III. A previdência Social exige contribuição prévia.

IV. A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

a) Todos estão corretos.

b) Somente I está incorreto.

c) II e IV estão incorretos.

d) I e II estão incorretos.

e) III e IV estão incorretos.

8. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência de 12 (doze) contribuições mensais, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

VERDADEIRO

FALSO

9. No tocante ao Direito Previdenciário, considere as seguintes assertivas:

I. No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez e de salário-maternidade, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com os períodos previstos nos incisos I e III do caput do art. 25 da Lei 8.213/91.

II. O segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101 da Lei 8.213/91;

III. Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo de 12 meses para a duração do benefício.

Está(ão) correta(s):

a) I e III, apenas;

- b) I, II e III;
- c) III, apenas
- d) II e III, apenas;
- e) I e II, apenas.

10. Nos termos da legislação previdenciária, assinale a assertiva correta a respeito da restituição e compensação de contribuições.

- a) Na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido, a contribuição não será atualizada monetariamente.
- b) Será admitida a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social, que, por sua natureza, tenha sido transferida ao preço de bem ou serviço oferecido à sociedade.
- c) Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a seguridade social, arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
- d) A restituição de contribuição ou de outra importância recolhida indevidamente, que comporte, por sua natureza, a transferência de encargo financeiro, será feita de imediato.
- e) Direito de pleitear judicialmente a compensação só pode ser exercido no prazo de cento e oitenta dias do pagamento.

RESPOSTAS

1.

Resposta: F
Fundamento
Art. 194, caput da CF

2.

Resposta: A
Fundamento
Dispõe o Art. 14 da Lei 8. 212/91 que é segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, na condição de menor aprendiz, podendo, assim, efetuar inscrição como empregado.
Art. 14 da Lei 8.212/1991

3.

Resposta: V
Fundamento
Art. 26, caput, I da Lei nº 8.213/1991

4.

Resposta: D
Fundamento
Têm direito ao auxílio - acidente o segurado empregado, segurado especial e o trabalhador avulso.

5.

Resposta: C
Fundamento
Os segurados obrigatórios são os seguintes: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. O exercício de atividade remunerada sujeita a filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social.
Art. 9º da RGPS

6.

Resposta: F
Fundamento

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência estabelecido no inciso IV do caput do art. 25, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

§ 1º O requerimento do auxílio-reclusão será instruído com certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão, obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de prova de permanência na condição de presidiário.

§ 2º O INSS celebrará convênios com os órgãos públicos responsáveis pelo cadastro dos presos para obter informações sobre o recolhimento à prisão.

§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se segurado de baixa renda aquele que, na competência de recolhimento à prisão tenha renda, apurada nos termos do disposto no § 4º, de valor igual ou inferior àquela prevista no [art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), corrigido pelos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 4º A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

§ 5º A certidão judicial e a prova de permanência na condição de presidiário poderão ser substituídas pelo acesso à base de dados, por meio eletrônico, a ser disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, com dados cadastrais que assegurem a identificação plena do segurado e da sua condição de presidiário." (NR)

Art. 80, caput da Lei 8.213/91

7.

Resposta: C

Fundamento

Comentário ao item II: saúde é direito de todos e dever do Estado. Para usufruir dos serviços públicos não é necessário que o paciente contribua com a seguridade social; este serviço é gratuito.

Item IV: A assistência social destina-se às pessoas que não possuem meios de prover a sua subsistência; obviamente aquelas que possuem, não poderão ser beneficiadas.

Art. 196 da Constituição Federal

8.

Resposta: F

Fundamento

Art. 80, caput e art. 25, IV da Lei 8.213/91

9.

Resposta: E

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

Fundamento
Art. 27-A da Lei 8.213/91
Art. 43, § 5º da Lei 8.213/91
Art. 60, § 11 da Lei 8.213/91

10.

Resposta: C
Fundamento
Art. 31, caput e art.. 89, caput. Lei 8.212/1991

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2018.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 27ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 26ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2018.

DINIZ, Maria Helena M. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Código Civil Anotado**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

DECRETO N 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999: Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.691, DE 14 DE MARÇO DE 2016: Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017: Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018: Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nºs 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nºs 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nºs 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 18 DE JANEIRO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.700, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019: Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

COMO ADQUIRIR

35,00	500 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO - para o concurso do INSS
--------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADESCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br